

Proposta de Orçamento do Estado para 2018

AEP pede redução da despesa pública e da carga fiscal para assegurar a sustentabilidade das contas públicas

Terminado o período de luto nacional de três dias, aprovado pelo Governo, na sequência dos incêndios que estão a assolar o País, tragédia que a Associação Empresarial de Portugal lamenta profundamente e se disponibiliza, desde já, para apoiar as empresas afetadas, a AEP só agora dá a conhecer a sua apreciação à proposta de Orçamento do Estado para 2018.

Analisado o documento, a AEP pede ao Governo que a condução da política orçamental vá no sentido da redução da despesa pública, de modo a permitir libertar recursos para a economia - através da redução da carga fiscal sobre as famílias e as empresas - assegurando, de forma continuada, a sustentabilidade das contas públicas.

Apesar da introdução de algumas medidas com vista à capitalização e reestruturação das empresas, enquadradas no Programa Capitalizar, a AEP assinala como negativo o facto de o Governo não aproveitar devidamente a evolução favorável do ciclo económico para materializar as reformas estruturais necessárias, no sentido de permitir um desagravamento da carga fiscal que recai sobre as empresas, nomeadamente em sede de IRC.

Nesse âmbito, a AEP alerta que, tendo em conta que a fiscalidade continua a ser apontada nos rankings internacionais de competitividade como um dos principais entraves à atratividade do investimento, com esta proposta de orçamento, Portugal continuará a pertencer à metade dos países da UE28 com taxas de IRC mais elevadas, situação que irá continuar a condicionar a captação de investimento e o fomento da atividade empresarial.

Em matéria de consolidação orçamental, a AEP louva o esforço realizado, mas não deixa de alertar para os riscos subjacentes a esta proposta de orçamento, que podem resultar numa deterioração da evolução da envolvente externa, afetando os dois principais motores de crescimento económico: exportações e investimento.

Uma evolução menos favorável na receita e na despesa, em particular na despesa com juros, poderá afetar a correção do desequilíbrio das contas públicas, seguramente mais difícil de manter face ao nível da despesa pública que, apesar de sofrer uma redução em termos percentuais do PIB, se mantém muito elevado.

Assim, a AEP reafirma a necessidade de políticas públicas que favoreçam a realização do investimento, nacional ou estrangeiro, o fomento das exportações de bens e serviços e que promovam a competitividade das empresas portuguesas, no sentido de criar riqueza, emprego e um pleno aproveitamento da dinâmica que se perspetiva para a economia mundial nas economias avançadas e emergentes.

A AEP lembra que a política orçamental, embora sujeita às regras europeias, deve ser usada pelo Governo como um importante instrumento de apoio e de estímulo ao crescimento e desenvolvimento económico sustentável.

Nesse sentido, a AEP lembra que a trajetória de crescimento económico em Portugal assentará fortemente na procura interna, graças ao dinamismo do investimento, em particular do investimento empresarial. O contributo da procura externa, apesar do crescimento das exportações de bens e serviços, será praticamente nulo, face à evolução das importações que suportarão as necessidades de investimento e de consumo.

Matosinhos, 20 de outubro de 2017

Paulo Nunes de Almeida, Presidente

AEP - Associação Empresarial de Portugal